

<http://doi.org/10.1590/15174522-105012>

Um “Marx pós-colonial”? Revoluções e colonialismos ao Sul global

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Deni Alfaro Rubbo* 

Resumo

O objetivo deste texto é apontar a riqueza da pesquisa teórica e empírica de *Marx nas margens*, de Kevin Anderson, pois consideramos que esse trabalho apresenta um novo ciclo de discussão ao conseguir discorrer a ideia de que a teoria dialética de Marx não está reduzida à questão de classes e a etapas “universais” de desenvolvimento capitalista, como frequentemente se aponta. Em primeiro lugar, destacaremos a mobilização das fontes, a metodologia de análise e a tradição intelectual e política em que a obra e o autor estão inseridos. Em um segundo momento, apresentaremos os capítulos do livro e, por fim, um breve comentário sobre alguns desafios que o livro suscita para novas agendas de pesquisa capazes, inclusive, de aproximar efetivamente tradição marxista e perspectiva pós/decolonial.

Palavras-chave: Marx, sociedades não ocidentais, colonialismos, identidades nacionais, raça, etnia.

* Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

A “post-colonial Marx”? Revolutions and colonialisms on the global South

Abstract

The purpose of this text is to point out the theoretical and empirical richness of the research in *Marx nas margens*, by Kevin Anderson, as we consider that this work presents a new cycle of discussion by reflecting on the idea that Marx’s dialectical theory was not reduced to the issue of classes and “universal” stages of capitalist development, as is often pointed out. First, we will highlight the mobilization of sources, the methodology of analysis, and the intellectual and political tradition in which the work and the author are inserted. Following that, we will present the chapters of the book and, finally, a brief commentary on some challenges that the book raises for new research agendas that, possibly, could effectively bring together Marxist tradition and post/decolonial perspective.

Keywords: Marx, non-Western societies, colonialisms, national identities, race, ethnicity.

Contracorrentes dialéticas

A publicação de *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*, de Kevin Anderson (2019), é uma oportunidade ímpar para as ciências sociais no Brasil apreciarem e examinarem um tema controvertido, moldado por sucessivos mal-entendidos: os escritos de Karl Marx sobre sociedades não ocidentais e pré-capitalistas. Um dos impasses gravita na construção de uma imagem fortemente eurocêntrica da obra de Marx, difundida por pensadores alinhados às agendas pós-moderna e pós/decolonial. De acordo com essa perspectiva, a obra marxiana não seria capaz de oferecer explicação para as diversas formações sociais específicas. A dimensão etnocêntrica na obra do pensador alemão revelaria, também, incontornáveis lacunas e, até mesmo, preconceitos sobre o problema de raça, gênero, identidades nacionais e colonialismo. Segundo essa visão, a dinâmica contraditória do capital e das classes sociais na análise de Marx, plasmada na determinação econômica e nos estágios “universais”

de desenvolvimento do capitalismo mundial, apagaria diferenças sociais e culturais em detrimento de um movimento homogêneo.

A crítica mais conhecida provavelmente seja a de Edward Said em *Orientalism*, publicado em 1978. Traduzido em mais de trinta e seis idiomas e considerado por estudiosos como a obra fundadora dos estudos pós-coloniais, a *opus magnum* elaborada por Said evidenciou toda estigmatização do imperialismo britânico e europeu em relação ao “Oriente”. No extenso conjunto de obras literárias e filosóficas do século XIX e XX, escritos de Marx também são analisados pelo intelectual nascido em Jerusalém. Particularmente, o autor buscou passagens do pensador alemão em que sua concepção teleológica da história se evidencia através da ideia de que a expansão capitalista europeia seria a força motriz de desenvolvimento social moderno para todos os países como “etapa” necessária para o advento do comunismo. Em uma das suas conclusões, Said afirma que “o estudo de Marx nos empurra contra a dificuldade de conciliar a nossa repugnância natural das criaturas solidárias diante dos sofrimentos dos orientais, enquanto sua sociedade está sendo vista violentamente transformada, com a necessidade histórica dessas transformações” (Said, [1978] 2007, p. 215-216).

Definitivamente, foi importante refutar elementos mecanicistas de Marx; entretanto, é problemático levar em conta apenas certos excertos. Uma análise minuciosa e paciente do conjunto global de escritos do intelectual nascido em Tréveris sobre sociedades “periféricas”, pode permitir uma nova visão menos simplificadora e de frequente repulsa em relação a Marx. No exame sobre a história da difusão e circulação de suas obras, a evolução da produção de suas ideias sobre os países “não ocidentais” à luz dos debates políticos e historiográficos da época, cotejada com uma série de materiais “marginais” (alguns deles inéditos), revelam sutilezas de um pensamento contraditório, complexo e dinâmico. É isso que pretende sublinhar esta resenha. Seu objetivo é apontar a riqueza da pesquisa teórica e empírica de Kevin Anderson, pois consideramos que esse trabalho apresenta um novo ciclo de discussão ao conseguir discorrer a ideia de que a teoria dialética de Marx não estava reduzida à questão de classes e a etapas “universais” de desenvolvimento capitalista, como frequentemente se aponta. Em primeiro lugar, destacaremos a mobilização das fontes, a metodologia de análise e

a tradição intelectual e política em que a obra e o autor estão inseridos. Em um segundo momento, apresentaremos os capítulos do livro e, por fim, um breve comentário sobre alguns desafios que o livro suscita para novas agendas de pesquisa capazes, inclusive, de aproximar efetivamente tradição marxista e perspectiva pós/decolonial.¹

Velhos temas, novas perspectivas

A difusão dos escritos de Marx sobre as sociedades “não ocidentais” e pré-capitalistas não é propriamente nova. A partir da década de 1970, houve contribuições importantes de estudiosos marxistas e diversas edições multilíngues de coletâneas que reuniam textos sobre Marx e países de extração colonial, na medida em que foram publicados os novos volumes da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA2, sigla alemã).² Por exemplo, o trabalho organizado em língua inglesa por Theodor Shanin ([1983] 2018) sobre a Rússia teve uma grande repercussão; e, na América Latina, destacam-se os trabalhos de José Aricó ([1980] 1982) e Enrique Dussel (1985; 1988; 1990) e sua “trilogia” de Marx.³ Nesses trabalhos a ênfase centrou-se na

¹ Embora existam diferenças de trajetórias entre a agenda pós-colonial e decolonial, a primeira oriunda da Inglaterra e EUA e a segunda da América Latina, ambas trabalham, de maneira geral, na perspectiva de uma crítica da modernidade e do eurocentrismo. Desse modo, a utilização da noção “pós/decolonial” enfatiza o que elas têm em comum.

² Como salienta Thomas Marxhausen, “comumente se diferencia entre a ‘primeira’ MEGA (MEGA1), que foi iniciada na União Soviética na década de 1920 e interrompida na década de 1930, e a ‘segunda’ MEGA (MEGA2), cujos primeiros volumes vieram” em 1972, na forma de teste, e, posteriormente, em 1975, publicou-se oficialmente pela Editora Dietz de Berlim. Para mais informações sobre a trajetória da MEGA, cf. Marxhausen (2014).

³ É curioso que Anderson não faça uma única menção a trabalhos de pensadores latino-americanos publicados em língua espanhola na década de 1980 sobre a “questão” Marx-América Latina, como, por exemplo, além do citado Aricó, os comentários de Leopoldo Zea (1983) e de Jesús Monjarás-Ruí (1983). Isso contrasta com seu aparato bibliográfico que dialoga essencialmente com produções acadêmicas em inglês (e, eventualmente, em alemão e francês). Quiçá tal ausência se justifique pela pouca referência de Marx sobre o continente em comparação com as outras regiões estudadas no livro – apenas quatro páginas são dedicadas a América Latina e Caribe a partir das anotações do filósofo alemão sobre Kovalévski e as propriedades comunais na região (p. 324-327). A ausência mais flagrante são os trabalhos de Dussel, uma das principais referências sobre o tema de pesquisa explorado por Anderson, especialmente *La producción teórica de Marx. Una introducción a los Grundrisse* (1985), *Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63* (1988) e *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana. Un comentario a la tercera y cuarta redacción de El Capital* (1990).

análise de um Marx tardio que admitia a possibilidade de uma revolução socialista nas sociedades agrárias, o que implicava uma visão mais vasta da noção de revolução. Foi provavelmente um capítulo importante no questionamento sobre a crença habitual no eurocentrismo de Marx e sua suposta indiferença com os países e realidades distintas da Europa ocidental.

Para esquadrihar com rigor essa literatura foi necessário iluminar as vicissitudes da história das edições MEGA2, cujos primeiros volumes vieram a público em 1972 e ainda estão inacabados, bem como a *Marx-Engels Collected Works* (MECW), publicada em inglês, entre 1975 e 2004. Nesse sentido, o livro de Kevin Anderson fornece um precioso apêndice para que o/a leitor/a se familiarize minimamente com a trajetória da MEGA e suas “seções”. Iniciada por Engels, a MEGA atravessou o conturbado período stalinista e ganhou novos direcionamentos editoriais, tanto no período que antecede quanto no que sucede ao colapso da Alemanha Oriental e da União Soviética em 1989-1991.

Desse modo, a difusão das “obras completas” de Marx e Engels não é uma mera ilustração no trabalho de Anderson. Os caminhos de sua história errante obedeceram durante muito tempo a critérios ideológicos, que geraram lacunas no jogo das interpretações realizadas *a posteriori* pelos “marxistas pós-Marx” sobre os fundadores do socialismo moderno. Sua história, portanto, é longa, permeada de controvérsias, omissões, polêmicas, reviravoltas e ainda não está terminada (Marxhausen, 2014).

A novidade no livro está, portanto, no modo como Anderson reuniu e analisou esses escritos de Marx sobre a Índia, China, Indonésia, Polônia, Estados Unidos, Irlanda, Argélia e Rússia. Estes seriam, portanto, os países “não ocidentais”, isto é, “um sentido amplo para designar apenas sociedades não europeias economicamente subdesenvolvidas da época [...] e áreas economicamente subdesenvolvidas da Europa”, nas palavras de Anderson (p. 45). Com efeito, esse material pode ser consultado em diversos tipos de fontes. Alguns escritos de Marx foram originalmente redigidos em inglês, como seus artigos para o *New York Daily Tribune*, dos Estados Unidos, do qual ele foi correspondente-chefe europeu entre 1851 a 1862, “o mais

longo e bem remunerado emprego de sua vida”, e em outros periódicos da imprensa europeia (*Neue Order-Zeitung*, *Die Presse*, *Free Press* etc.); correspondências com amigos (especialmente Friedrich Engels), editores, militantes socialistas e leitores de sua obra; e cadernos de trabalho em que tomava nota (excertos das obras que estava estudando; resumos em suas próprias palavras; críticas e comentários). Estes últimos são ainda desconhecidos pelo público em sua totalidade, já que, até o momento, foram publicados apenas 12 dos 32 volumes da MEGA2 dedicados às coletâneas de citações. Por um longo tempo, esse foi um material menosprezado por intérpretes e/ou seguidores, considerado mais uma “distração” frente aos seus trabalhos “sérios” sobre economia política.

Em sua exposição, Anderson deixa claro o interesse de Marx pela história e pela dinâmica de sociedades agrárias não capitalistas, cada qual com sua importância na formação histórica específica, e onde, entre 1879 e 1882, estariam as principais conclusões de Marx sobre o tema. Ao realizar uma narrativa histórica e política de sua trajetória intelectual, do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, passando pela edição francesa de *O Capital* de 1872-1875, até seus escritos tardios de 1879-1882, observamos um Marx em *movimento*, com interesses que se ampliam e argumentos que são revistos. Trata-se, assim, de reconstruir o diálogo de Marx com suas fontes sobre as realidades periféricas.

Como cada capítulo do livro trabalha em momentos e fontes diferentes, a metodologia construída pelo autor estadunidense também se transforma. No plano mais geral, a exposição da evolução do pensamento político de Marx não fica restrita a análises exegéticas de textos sobre as realidades periféricas. Além de fornecer informações biográficas, Anderson contextualiza de maneira rigorosa o movimento de luta política nas sociedades não ocidentais durante o século XIX, muitos dos quais discutidos calorosamente nos manifestos e documentos deliberativos para a Associação Internacional dos Trabalhadores e nos textos jornalísticos de intervenção.

Em termos metodológicos, a proposta de Anderson para estudar Marx tem dois pontos similares ao empreendimento realizado por Antonio

Gramsci acerca das ideias filosóficas de Benedetto Croce nos *Quaderni del cárcere* (cf. Bianchi, 2019). Em primeiro lugar, no restabelecimento do diálogo com seus contemporâneos, desde as críticas que recebeu e as respostas que formulou a essas críticas; em segundo lugar, na ênfase de que é preciso “transgredir” o estudo das “grandes obras”. No caso em tela, como se sabe, a tríade europeia ocidental (Inglaterra, Alemanha e França) ocupou de maneira decisiva as principais reflexões do autor alemão; no entanto, o que foi amiúde negligenciado é que, *simultaneamente*, ocorriam produções de textos, fichamentos, correspondências e notas sobre realidades periféricas. Investigando tais escritos “menores”, portanto, é que Anderson encontrou um volume secreto com um imenso repositório de ideias que ajudam encontrar caminhos de interpretações (e não de expropriação) mais rigorosas apegadas à filologia dos textos e ao contexto político da época vivenciada por Marx.

Originalmente publicado em inglês, em 2010, pela Editora da Universidade de Chicago, *Marx nas margens* teve uma segunda edição 2016, com um novo prefácio do autor reagindo a alguns comentários publicados sobre seu livro. Ademais, Anderson, que também é professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Santa Barbara, discorre sobre a tradição teórica marxista na sua formação intelectual, oferecendo pistas instigantes para uma melhor compreensão sobre suas “companhias” que influenciaram na perspectiva adotada na pesquisa. Embora haja uma identificação com autores do marxismo “clássico”, particularmente Lenin e Trotski, e do marxismo “ocidental”, como a Escola de Frankfurt e Georg Lukács, sua grande “mentora intelectual”, como ele mesmo reconhece, é a filósofa marxista russa-estadunidense Raya Dunayevskaya (1910-1987). Uma breve apresentação sobre sua trajetória é necessária para que se perceba a importância de seu legado sobre alguns conteúdos presentes em *Marx nas margens*.

Pouquíssima conhecida no Brasil, Dunayevskaya teve uma longa trajetória de ativismo político e produção teórica durante o século XX nos Estados Unidos, país para o qual se transferiu com a família ainda quando

era adolescente. Participando de diversas experiências de lutas dos setores subalternos no país, como direitos civis dos negros do Sul, embates sindicais de operários e movimento feminista pela emancipação das mulheres, ela gravitou numa cultura política de esquerda resolutamente antistalinista. Outra preocupação que esteve no horizonte de Dunayevskaya era a “herança” de Marx e Engels. Não por acaso, ela acompanhou as desventuras editoriais das obras dos autores alemães e recebeu com entusiasmo a publicação dos *Cadernos Etnológicos*, editados por Lawrence Krader em 1972, das cartas de Marx a Vera Zasluch e do prólogo em russo da primeira tradução d’*O Capital*, que chamou de um “novo continente de pensamento”. A filósofa russa-estadunidense analisou os *Cadernos Etnológicos*, especialmente as notas de Marx sobre *A sociedade antiga*, do antropólogo Lewis H. Morgan. As tonalidades feminista e antirracista que fazem parte da trajetória da autora foram decisivas em sua interpretação original do *distanciamento* entre Marx e Engels na relação entre homem/mulher, particularmente na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Dunayevskaya, [1981] 2017, p. 254-261) – livro que, com o tempo, tornou-se “a declaração marxista clássica sobre gênero e família”. Segundo o testemunho de Anderson (2019, p. 26), “o trabalho dela, de fato, teve grande impacto em meu livro em dois sentidos: em um nível mais amplo, por sua dialética, em nível mais específico”, por desenvolver “valiosos *insights*” a respeito de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas analisadas no VI capítulo. Por conseguinte, é nesse capítulo que Anderson debate as diferenças entre Marx e Engels sobre a questão de gênero e as formas antigas de organização social, a partir das anotações do primeiro sobre Morgan e “orientado” pelas pistas de Dunayevskaya.

Espectros do colonialismo e emergências anticoloniais

Na reconstrução da trajetória de Marx realizada por Anderson, é a partir de 1849, na condição de exilado político residente em Londres, que ele começaria a se interessar, de fato, pelas sociedades “outras”. Especialmente nos capítulos I e II, em que são analisados seus escritos de

1853 sobre a Índia, Indonésia, China, Rússia e Polônia, Anderson realça o olhar eurocêntrico de Marx em sua apologia direta ao colonialismo europeu e de uma compreensão histórica de que o mundo seguiria os passos das nações ocidentais “avançadas”. No início da década de 1850, Marx via a propriedade comunal como uma fundação importante do “despotismo oriental” na Rússia. Com efeito, não há condescendência do sociólogo estadunidense com relação à celebração do “progresso” capitalista de Marx, nem para eventuais análises preconceituosas presentes no intelectual alemão, especialmente de intolerância religiosa e afirmações de cunho racista.⁴ Por sua vez, seria equivocado deduzir, a partir desses elementos, o tom geral *definitivo* do autor de *Miséria da filosofia* sobre as sociedades não europeias.

Entretanto, é possível notar uma mudança no argumento modernizante de Marx a partir do Levante de Cipayos na Índia (1857-1859) e das guerras do ópio na China – os britânicos passariam a figurar mais como “bárbaros” do que como “civilizados” em seus comentários. Ele também admitiria, inclusive, uma transformação democrática nos movimentos de resistência. O mesmo percurso ocorre com a Rússia: de uma “ameaça reacionária” para os países europeus ocidentais a um possível ponto de resistência revolucionária dos camponeses no interior do país, na medida em que os debates sobre a abolição da servidão ganhavam audiência no país. “O que poderia ter causado essa mudança?”, indaga Anderson. “Um fator é a crescente desilusão de Marx com o capitalismo, no sentido de que não acreditava mais nos seus efeitos progressistas” (p. 80).

Marx busca compreender a geopolítica dos países no âmbito dos interesses diplomáticos e seus efeitos no movimento das lutas nacionais pela

⁴ Além de um número considerável de caracterizações antisemitas em seus escritos que “mancharam sua crítica penetrante da democracia liberal no ensaio de 1843 *Sobre a questão judaica*” (p. 103), Anderson mostra algumas afirmações e comentários racistas, como aquelas em que se refere a Ferdinand Lassalle como “crioulo judeu” [*der jüdische Nigger*] e ao uso da palavra *nigger* [crioulo], “que hoje seria considerada uma frase bastante racista para defender um ponto de vista firme contra a escravidão” (p. 163), tanto sobre negros americanos como para jamaicanos (p. 244). Paradoxalmente, ainda segundo o autor, Marx “usaria [mais de uma vez] um termo racista para apresentar um argumento antirracista”.

independência política. Assim, é notável sua sensibilidade à questão nacional da independência da Polônia, especialmente a partir de 1863, observada como centro da política “revolucionária” europeia. Tais avaliações e ações políticas de Marx seriam fundamentais para a fundação, no ano seguinte, da Primeira Internacional e, por extensão, das inúmeras polêmicas que iriam ocorrer no interior da organização. Na questão polonesa, por exemplo, houve disputas com o democrata britânico Peter Fox, que supervalorizava o papel da política externa na França, e divergências com membros francófonos seguidores de Proudhon, os quais insistiam que os trabalhadores deveriam se concentrar apenas nas questões econômicas. Marx polemizara politicamente com ambos em defesa da independência da Polônia.

O capítulo III discorre sobre os escritos de Marx sobre a Guerra Civil Americana (1861-1865). Anderson nota a curiosidade de que, apesar da difusão dos textos em língua inglesa, estes “não foram tão discutidos na literatura, mesmo tratando de um tópico amplamente debatido hoje: as interseções entre classes e raça” (p. 138). O autor apresenta a diversidade das interpretações, de historiadores que “encontraram pontos comuns ao liberalismo nos escritos de Marx sobre Guerra Civil” (p. 142) aos que decididamente os viam como textos “não marxianos”. Como era de se esperar, a identificação de Kevin Anderson converge com as de W. E. B. Du Bois, C. L. R. James e Dunayevskaya, que encontraram uma “nova dialética entre raça e classe”.

Assim, o autor rastreia as análises de Marx e Engels sobre o conflito entre Norte e Sul e assinala que os autores tinham na questão da escravidão seu ponto principal e optaram pelo partido da União no conflito. Anderson sublinha também que a Guerra da Secessão acarretou divergências importantes entre Marx e Engels, fato minimizado por parte dos comentaristas sobre o assunto. O otimismo de Marx no prognóstico da vitória do Norte e a possibilidade de uma guerra revolucionária, como a criação de um exército de soldados negros, contrastava com o ceticismo de Engels sobre a vitória da União, como se pode observar em suas correspondências. Na visão de Marx, uma análise demasiadamente circunscrita à questão militar

dificultava que seu amigo vislumbrasse dimensões revolucionárias da guerra e da abolição da escravidão. Outros contextos particulares são analisados, como as colaborações de Marx ao *Tribune* e ao *Die Presse* (jornal liberal editado em Viena, Áustria) e o comportamento da imprensa em relação à Guerra. O conteúdo dos textos versava sobre composição e diferenciação de classe dentro do Norte e do Sul, no âmbito político, econômico e populacional; dimensão internacional da Guerra e seu impacto no governo britânico e na opinião pública; debates sobre abolição nos Estados Unidos e o racismo entre os trabalhadores brancos; e posicionamentos sobre a figura de Lincoln em diversas fases do conflito (cf. Bianchi, 2014).

A opressão nacional, étnica e racial não estava apenas nas análises de Marx sobre a Polônia e a Guerra Civil Americana, mas se manifestou de modo mais contundente no caso da Irlanda, como é examinado no capítulo IV. Nas décadas de 1840 e 1850, Marx e Engels declararam apoio à luta nacional irlandesa contra o domínio britânico e destacaram o trabalho dos imigrantes irlandeses na Inglaterra. Seus estudos sobre o domínio histórico do colonialismo britânico e a destruição humana e ecológica do povo irlandês, assim como suas notas sobre a questão da propriedade comunal, são destacados pelo autor. Em 1867, ano em que a luta irlandesa “fervilhou” com a revolta de camponeses, prisões de lideranças e ações conspiratórias, também ocorreram novamente debates intensos para a Resolução do Conselho Geral sobre a Irlanda na Internacional. Dois anos depois, Marx escreveria para Engels declarando que “a classe trabalhadora inglesa nunca realizará nada antes que ela se livre da Irlanda [...] e que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em geral” (p. 222). Muitos comentadores assinalam como uma “virada decisiva” para uma postura francamente anticolonialista, moldada por uma dialética entre nacional e internacional que ganhava mais complexidade em suas análises.⁵

Tanto os *Grundrisse*, de 1857-1858, passando pela *Crítica da economia política*, quanto o Livro I de *O Capital*, bem como a edição francesa de 1872-1875, que estão na prateleira das grandes obras de Marx sobre economia

⁵ Para uma análise sobre a teoria marxista e a questão nacional, ver Löwy (2000).

política, também refletiram sobre os países não ocidentais, como afiança Anderson no capítulo V. Da abordagem unilinear do “modo de produção asiático” presente em *Ideologia Alemã* de 1846, Anderson argumenta por uma filosofia da história multilinear nos cadernos 4 e 5 dos *Grundrisse*, em que formas comunais são examinadas em suas diferenças, identidades e contradições, e ressalta a sugestão de Marx de que as sociedades asiáticas tinham que ser analisadas separadamente pela peculiaridade de seu desenvolvimento. Uma das partes mais interessantes no livro de Anderson está neste penúltimo capítulo, quando faz uma exposição detalhada da história das edições de *O Capital* e enfatiza o quanto Engels foi uma figura precípua na edição “oficial” do Livro I, baseada na segunda edição alemã, de 1873. Para Marx, contrariamente, a edição francesa de 1872-1875 deveria ter a última palavra, ou seja, o padrão para as futuras traduções do trabalho. Não se tratava apenas de uma tradução bem realizada, mas de uma nova edição com “importantes mudanças e adições”. Engels, por sua vez, mostrou-se profundamente antipático com a tradução do francês, pois, para ele, era como se o caráter dialético do texto derretesse, prejudicado pela natureza do idioma, o que, na avaliação de Anderson, significaria “um tom marcado por certa superioridade cultural alemã” (p. 261).

De todo modo, uma quantidade importante de trechos retrabalhados para a versão francesa foi simplesmente ignorada pela edição organizada por Engels. A parcela sobre as sociedades “periféricas” é examinada de maneira exemplar por Anderson, cotejando as duas edições e seus possíveis significados. Alterações que se referem a um esforço de Marx para romper com uma teoria da história homogênea e linear e uma metanarrativa universal. “É mais provável que elas representem não apenas um esclarecimento, mas uma mudança no pensamento de Marx”, conclui o autor (p. 270). Não por coincidência, justamente parte desses trechos em *O Capital* tiveram uma recepção com sabor melancólico no século XX. Ou em defesas intransigentes pelos marxistas dogmáticos, que reforçavam o caráter das leis “universais”, baseadas no paradigma da Europa ocidental para os países coloniais e semicoloniais; ou em ataques unilaterais pelos

pensadores/as pós-coloniais, ao argumentarem os “pontos cegos” de Marx, leia-se evolucionista e positivista, com a questão do colonialismo.

No capítulo VI, é analisada a última década da vida do filósofo alemão, de 1872 a 1883. E o material consultado refere aos textos sobre a Rússia, dos anos 1877 a 1882, e aos cadernos de citações de 1879 a 1882 – alguns deles inéditos em qualquer idioma e, portanto, ausentes na edição cuidadosa de Lawrence Krader. Em síntese, eles “abrangem ampla gama de sociedades e períodos históricos, incluindo a história da Índia e a cultura aldeã, o colonialismo holandês e a economia aldeã na Indonésia, padrões de gênero e parentesco entre os nativos americanos e na Grécia antiga, em Roma e na Irlanda, bem como a propriedade comunal e privada na Argélia e na América Latina” (p. 292).⁶ Somado a isso, as notas com comentários de Marx também mostrariam suas leituras sobre sociedades pré-capitalistas de antropólogos e historiadores de sua época, como Maksim Kovalévski, Robert Sewell, Karl Bücher, Ludwig Friedländer, Ludwig Lange, Rudolf Jhering e J. W. B. Money. Como Anderson demonstra pacientemente, as anotações de Marx sobre as antigas formas comunais das regiões não ocidentais não eram mais as de um olhar “orientalista”, no sentido aprofundado por Said, isto é, “sociedades sem resistência e sem mudança”, mas de quem nutria forte hostilidade sobre o papel do colonialismo europeu.

Ainda nesse último período de sua vida, as novas reflexões de Marx sobre a possibilidade de uma revolução comunista com base em formas comunais autóctones têm a Rússia como um caso paradigmático. Segundo Michael Löwy (2013, p. 9), “trata-se de uma verdadeira ‘virada’ metodológica, política e estratégica, que antecipa, de forma surpreendente, os movimentos revolucionários do século XX”. Com a tradução de *O Capital* para o russo em 1872, Marx pôde acompanhar comentários e críticas de seus leitores e argumentar quando julgava procedente para

⁶ No Brasil, o interessante trabalho *Marx selvagem*, de Jean Tible (2013), buscou aproximação entre Marx e uma “América indígena”, através de mediações intelectuais (José Carlos Mariátegui, Pierre Clastres, Davi Kopenawa e Viveiros de Castro), disciplinares (antropologia indígena) e de movimentos indígenas (Yanomami). Para um comentário sobre o livro cf. Rubbo (2014).

reforçar e/ou esclarecer certos apontamentos. Materializada em rascunhos e cartas, sua perspectiva “multilinear” da história é a coluna vertebral nos diálogos com Nikolai Mikhailóvski e Vera Zasluch. Por exemplo, Marx nega enfaticamente que houvesse desenvolvido “toda uma teoria histórico-filosófica” da sociedade em geral em *O Capital*, aplicável a todos os tempos e lugares. Registra também a persistência das comunas rurais da Rússia, que poderiam desenvolver caminhos alternativos de desenvolvimento, inclusive, comunistas, aliando-se a uma revolução das classes trabalhadoras ocidentais.

Antes de compreender as *respostas* de Marx sobre as sociedades de capitalismo desviante, Anderson procurou conhecer também as *perguntas* que ele tentava responder, a partir das formas específicas em que eram convencionalmente debatidas e historicamente constituídas. Essa análise acurada, que exige tempo, paciência e competência na mobilização e exame das fontes e dos conflitos políticos concretos da época, possibilita distanciar-se das crostas ortodoxas que instrumentalizaram Marx com afirmações amiúde distorcidas e com a censura do Estado totalitário. Sem dúvida, o caráter dogmático tão acintoso dos “discípulos” de Marx, no final do século XIX, e, no período stalinista, durante parte do século XX, criaram obstáculos enormes; no entanto, são teses que não resistem a uma leitura rigorosa.

“Um novo continente de pensamento”

Evidentemente, subjaz em *Marx nas margens* a intencionalidade de transformar as ideias do autor alemão ainda no “pensador de nossos tempos”, através da diversidade de registros possíveis. Anderson concluiu a pesquisa sobre Marx em aproximadamente uma década, de 1999 a 2009, momento em que os *Ethnic Studies* e *Postcolonial Studies* atingiam seu auge em grande parte das universidades estadunidenses, e quando entravam em cena questionamentos em torno da hegemonia do conhecimento europeu e do persistente racismo epistêmico no circuito acadêmico. Para Michel Cahen e Ruy Braga (2018), por duas razões os EUA transformaram-se em um

dos maiores centros de produção e difusão dos estudos pós-coloniais. Em primeiro lugar, um motivo material, pois nas últimas décadas o país atraiu para suas universidades pesquisadores/as oriundos da Índia, África, América Latina e Caribe e do mundo Árabe. Em segundo lugar, uma razão política-epistemológica, a de uma influência restrita do marxismo nas ciências sociais e com pouco peso social no país. Isso fez com que as análises pós-coloniais surgissem como “aceitáveis e legítimas de crítica social para quem não conhecia o marxismo ou havia travado contato com um tipo de marxismo demasiado asfixiado pelas versões stalinistas” (Cahen; Braga, 2018, p. 15).

Em contrapartida, Anderson recuperou em seu trabalho diferentes correntes marxistas críticas nos EUA, ainda que não tenham um reconhecimento nas ciências sociais, como a do *marxismo feminista* de Raya Dunayevskaya e o *marxismo negro* de C. L. R. James (1901-1989), de Trinidad Tobago. Durante as décadas de 1940 e 1950, ambos estiveram próximos, e, certamente, esse encontro frutífero e a cumplicidade de ambos no marxismo dissidente, de verniz trotskista, possibilitou a construção pioneira de uma análise dialética entre classe, raça e gênero, até então, um modo de articulação conceitual inédito na tradição marxista e com abertura com os estudos pós-coloniais. Ademais, Anderson também dialogou com o arsenal conceitual de Hegel. Sua compreensão sobre a noção de dialética do filósofo idealista alemão assentava-se na insistência de que “o universal precisa se particularizar para se tornar um universal verdadeiramente emancipatório, e não um mero universal abstrato” (p. 24). Ao inserir, portanto, a dialética hegeliana na temporalidade política e na dinâmica das classes e do capitalismo dos Estados Unidos, as noções de raça e colonialismo tornaram-se parte ativa e orgânica no conjunto das forças opostas que atuavam na historicidade do país. Sem essas mediações, portanto, a “universalidade” cumpria somente uma transcendência abstrata e formalista.

Assim, é compreensível o afã de Anderson em frisar que, em Marx, os diversos antagonismos (sexuais, raciais, étnicos, nacionais, hierárquicos) não eram redutíveis à dimensão econômica e à relação de classe. Afinal, “o traço marcante de sua obra é não apenas o diálogo, mas o fato de levar as

críticas da política da diferença a sério”, conforme examina acertadamente Guilherme Leite Gonçalves na apresentação do livro. Apesar das diferenças conhecidas entre políticas de classes e políticas da diferença e do fogo cruzado atualmente entre as duas perspectivas, sobretudo no Brasil, é possível extrair convergências importantes, tanto no plano teórico quanto no plano político. A crítica marxista torna-se mais fecunda no diálogo levantado pela agenda pós/decolonial – a crítica ao eurocentrismo, a valorização da subjetividade dos dominados, a produção de conhecimento dos movimentos étnicos e raciais – ao enxergar como (mais) um *desafio* do pensamento contemporâneo, que possibilita ampliação e enriquecimento de seu campo de investigação, em vez de taxá-lo simplesmente como “inimigo”, e vice-versa. Ambos, podem – e devem – se enriquecer reciprocamente. Todavia, presumir um “Marx pós-colonial” – Anderson não usa essa expressão – seria uma afirmação exagerada e anacrônica, mas de incitar debates proveitosos sobre as articulações entre exploração e opressão sob domínio do capital.⁷ Assim, o autor “propõe questões que a vulgata marxista não quer ouvir e respostas que os movimentos ‘identitários’ não gostam de ver” (p. 8). Como afirma Daniel Bensaïd, “se não é fácil dizer em que consiste a teoria de Marx, podemos pelo menos lançar algumas luzes sobre aquilo que ela não é” (Bensaïd, 1999, p. 13). É um (novo) encontro com um Marx crítico da racionalidade positiva e da modernidade por meio de um caminho de pesquisa pouco frequentado. Na realidade, “o que está morrendo é o culto histórico da modernidade, cujos marxismos instituídos não foram, em suma, senão variantes” (Bensaïd, 1999, p. 17).

De todo modo, como problematiza Enzo Traverso, “enquanto Anderson se detém em textos menores, ele tende a negligenciar os mais importantes”, colocando ocasionalmente o que é “marginal” no lugar do “centro” e o “centro” no lugar do “marginal”, quando, “na verdade, há uma tensão rodando o grosso dos escritos de Marx entre uma visão da história multilinear e contínua, uma dialética e uma positivista, ambas

⁷ Uma tentativa de articular crítica marxista e crítica decolonial através da obra do pensador peruano José Carlos Mariátegui pode ser consultada em Rubbo (2021).

coexistindo como duas tendências contraditórias ou “tentações” (Traverso, 2018, p. 320-321). Entretanto, o livro enfrenta dois “mitos” em torno de Marx: de um lado, os que negam enfaticamente a dimensão eurocêntrica de seu pensamento; do outro, os que o estigmatizam como totalmente anacrônico e superado. “O mito de um Marx imaculado, isento de qualquer tendência eurocêntrica, é ingênuo e estéril como a visão perfeitamente simétrica de um Marx colonialista (branco, homem e europeu)”, completa o historiador italiano (Traverso, 2018, p. 346).

Existiria uma “teoria” marxista sobre o colonialismo, etnia, gênero e lutas nacionais? Pois bem, a tradição marxista contemporânea deve aceitar o desafio da pergunta e encarar o desafio de respondê-la. *Marx nas margens* faz parte desse desafio e, por isso, inspira novas agendas de pesquisa para uma história intelectual e política do marxismo, como, por exemplo, reordenar uma geopolítica do conhecimento marxista que transcenda o marxismo “clássico” e “ocidental”, sem deixar, evidentemente, de traçar comparações, diálogos e influências (especialmente com autores/as “hereges”); ou mapear as *tradições escondidas* do marxismo, como os marxismos do Sul global e os encontros (muito deles, perdidos) com o marxismo negro, o marxismo feminista e o marxismo indígena. Ou seja, um pensamento marxista crítico nas e a partir das margens. Definitivamente, o denso e corajoso livro de Kevin Anderson incita um novo repertório de questões, o que faz dele um dos trabalhos da sociologia marxista contemporânea mais importantes das últimas décadas.

Deni Ireneu Alfaro Rubbo é Doutor em Sociologia, professor adjunto de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

✉ deni_out27@uol.com.br

Referências

1. ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedade não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.
2. ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, [1980] 1982.
3. BENAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
4. BIANCHI, Álvaro. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 99, 2019. <https://doi.org/10.1590/349915/2019>
5. BIANCHI, Álvaro. Lincoln, Marx e a guerra civil nos Estados Unidos. **Outubro**, n. 22, p. 202-225, 2014.
6. CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois? In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.) **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 9-30.
7. DUNAYEVSKAYA, Raya. **Rosa Luxemburgo, la liberacion feminina y la filosofia marxista de la revolucion**. Havana: Editorial Filosofi@.cu, [1981] 2017.
8. DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. Un comentario a la tercera y cuarta redacción de El Capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1990.
9. DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Cidade do México: Siglo XXI-UNAM, 1988.
10. DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx**. Una introducción a los *Grundrisse*. Cidade do México: Siglo XXI, México, 1985.
11. LÖWY, Michael. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do *Progreso*. In: MARX, Karl. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9-16
12. LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.
13. Marxhausen, Thomas. História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA). **Crítica Marxista**, n. 39, p. 95-124, 2014.
14. MONJARÁS-RUIZ, Jesús. México en los escritos y fuentes de Karl Marx. **Nueva Sociedad**, n. 66, p. 105-111, 1983.
15. RUBBO, Deni A. Mariátegui, marxiste decolonial. **Actuel Marx**, n. 69, p. 169-184, 2021. <https://doi.org/10.3917/amx.069.0169>
16. RUBBO, Deni A. Resenha: Marx selvagem. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 2, p. 340-345, 2014. <https://doi.org/10.1590/0103-2070201339>

17. SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Companhia das Letras, [1978] 2007.
18. SHANIN, Theodor (org.). **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, [1983] 2017.
19. TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.
20. TRAVERSO, Enzo. O marxismo e o Ocidente. *In*: TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte/Veneza: ÂYINÉ, 2018, p. 315-370.
21. ZEA, Leopoldo. Visión de Marx sobre América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 55, p. 59-66, 1983.

Recebido em 1º jul. 2020.

Aceito em 9 set. 2020.

